

A Aplicação da Etnografia Crítica nas Relações de Poder

Diane Gérin-Lajoie*

A utilização da etnografia tradicional não é um fenómeno novo no domínio da investigação qualitativa. Antropólogos e, de seguida, sociólogos privilegiaram esta abordagem metodológica desde há muito tempo. Em meados dos anos 1970, alguns investigadores « críticos » voltaram-se para a etnografia enquanto abordagem de investigação, porque lhes permitia perceber melhor a realidade dos grupos oprimidos, e, deste modo, compreender melhor as relações de poder e o modo como elas evoluem. O presente artigo procura demonstrar a pertinência da etnografia crítica no exame das relações de poder. Os resultados de dois estudos etnográficos servem para mostrar de que modo a abordagem etnográfica permite um exame mais aprofundado das práticas sociais existentes, permitindo assim ao investigador dissecar no plano teórico a noção de poder. A análise comparativa de resultados apresentados centram-se nas minorias linguísticas no Canadá, sejam francófonos que vivem no exterior do Quebec sejam anglófonos vivendo no Quebec. A análise comparativa demonstra que as relações de poder não se situam somente entre as duas minorias linguísticas e a sua maioria respetiva, mas também entre as próprias minorias linguísticas.

Palavras-chave

Metodologia qualitativa; etnografia; etnografia crítica; relações de poder; práticas sociais; minorias linguísticas

*Professora da Universidade de Toronto, OISE
dgerinlajoie@oise.utoronto.com

Tradução do original em francês de Sandra Escobar

Introdução

A aplicação da etnografia tradicional não é um fenómeno novo em investigação. Desde há muito que antropólogos e, posteriormente, sociólogos privilegiaram esta abordagem metodológica. Os antropólogos utilizaram-na no estudo das culturas estrangeiras com o objectivo de conseguir compreender essas culturas a partir do «interior», isto é, vivendo com os indivíduos durante longos períodos de tempo. E, mais tarde, foram os sociólogos da Universidade de Chicago (apelidada Escola de Chicago), membros da corrente interacionista simbólica, que viram algo de prometededor nesta abordagem. Estes sociólogos urbanos voltaram-se para a etnografia para melhor tentar compreender fenómenos sociais tais como a imigração, a delinquência juvenil ou a prostituição. Em meados dos anos 1970, certos investigadores «críticos» adoptaram a etnografia como abordagem de investigação, na medida em que esta lhes permitia penetrar mais na realidade dos grupos oprimidos e, dessa forma, melhor compreender as relações de poder em que esses evoluíam. A maioria dos investigadores pertence às tradições neo-marxista e femininista da Escola de Birmingham, em Inglaterra. Actualmente, a etnografia assume outras configurações, como, por exemplo, a de etnografia crítica que estará aqui em causa.

Tentarei, nas páginas que se seguem, demonstrar a pertinência da etnografia crítica na análise das relações de poder, salientando, no entanto, que a etnografia crítica, entendida no seu sentido puro, constitui um tipo ideal e que são raros os estudos que podem ter a pretensão de o ter atingido. A fim de ilustrar os meus objectivos, tomarei em consideração dois estudos etnográficos que realizei recentemente com o intuito de demonstrar o modo como a abordagem etnográfica permite um exame mais aprofundado das práticas sociais existentes. A análise comparativa dos resultados desses dois estudos sobre as minorias linguísticas no Canadá, quer dos francófonos que vivem fora do Quebec, quer dos anglófonos no Quebec, permitirá constatar, relativamente a estes dois grupos, as diferentes relações de poder face à maioria. Mas, antes de falar concretamente destes estudos empíricos, analisarei em primeiro lugar a evolução da abordagem etnográfica no plano conceptual.

O que é a etnografia?

1. As origens da etnografia

Importa esclarecer que a abordagem etnográfica pertence ao domínio da investigação qualitativa e que tal abordagem metodológica evoluiu ao longo do tempo (Atkinson & Hammersley, 1994). Os antropólogos foram os primeiros a utilizar a etnografia que podemos classificar de «tradicional» para descrever as culturas distantes (Van Maaen, 1995). Neste contexto, os antropólogos iam viver durante um certo tempo no seio destes grupos com a finalidade de ficarem mais bem

preparados para conhecer melhor os seus hábitos de vida e a sua realidade social. Mais tarde, um grupo de sociólogos da Universidade de Chicago (mais conhecida por Escola de Chicago), filiado na tradição do interacionismo simbólico, adoptou esta abordagem de investigação na medida em que lhe permitia examinar de perto as interações sociais, objecto das suas preocupações teóricas e empíricas. Estes investigadores colocavam sempre a ênfase, tal como os antropólogos, na noção de cultura mas no contexto norte-americano. Tentavam igualmente afastar-se do positivismo que insistia demasiado na importância a atribuir aos fatos concretos e às causas exactas no exame dos fenómenos sociais (Denzin & Lincoln, 2002). Repare-se que a pesquisa qualitativa, embora se tentasse libertar do paradigma positivista, permaneceu sua prisioneira em todos os seus princípios.

A etnografia tradicional permitiu assim descrever uma situação particular, baseando-se na interpretação dos indivíduos que participam no estudo. É, portanto, uma abordagem de investigação cujo objecto é observar, no terreno, as práticas sociais no seu quadro natural. Interessa-se pelas experiências de vida das actrizes e dos actores sociais tentando compreender como tais práticas sociais são interpretadas pelos mesmos. Enfim, a análise resulta da verificação dos próprios dados, privilegiando dessa forma uma abordagem de análise indutiva.

2. A teorização ancorada

É à Escola de Chicago, mais precisamente a dois dos investigadores, Glaser e Strauss (1967), a quem devemos o desenvolvimento da célebre teorização ancorada – conhecida em inglês sob a designação de «*grounded theory*». Esta abordagem consiste em construir uma teoria a partir da análise dos dados recolhidos, utilizando um processo de análise indutiva, como mencionado acima, em vez de favorecer um método de dedução e trabalhar a partir de hipóteses preestabelecidas (Gérin-Lajoie, 1998, 2002, 2006). Para se conseguir produzir uma teoria a partir dos dados recolhidos, é preciso que o investigador ou investigadora sejam capazes de compreender o meio em estudo. É através da utilização de três técnicas de recolha de dados específicos, a saber, observação, entrevista e análise documental, que o investigador ou investigadora conseguem atingir o objectivo. As experiências quotidianas das e dos participantes no estudo estão assim no centro das preocupações do etnógrafo. Com efeito, preferem uma metodologia descritiva e interpretativa ao recurso a técnicas de investigação quantitativa, tais como a sondagem enquanto único instrumento de recolha de dados.

A teorização ancorada foi amplamente criticada (Woods, 1986, Gérin-Lajoie, 1998, 2002, 2006). De entre as várias críticas mencionamos (a) a dificuldade de produzir uma teoria a partir dos dados recolhidos, o que se traduz em análises muitas vezes puramente descritivas, (b) uma forte ignorância das condições históricas em que as relações sociais evoluem, e (c) uma falta de ligação entre a situação estudada e o contexto social em que tal situação tem lugar.

3. A etnografia crítica

Apesar das críticas, vimos, na segunda metade do século XX e, mais particularmente, depois de meados dos anos 1970, investigadores e investigadoras de diversas escolas do pensamento crítico, na sua maioria de sociologia, apropriarem-se da análise qualitativa e da abordagem etnográfica em particular. Os adeptos da teoria crítica, como por exemplo os marxistas e as feministas, viram na abordagem etnográfica uma forma de melhor compreender as relações de força existentes na sociedade, dando assim origem a uma nova corrente: a etnografia crítica. A emergência desta nova corrente é o resultado de uma crescente insatisfação de certos indivíduos que criticavam, por um lado, a ausência de reflexão teórica dos etnógrafos ao utilizarem a abordagem da teorização ancorada e, por outro, a incapacidade das teóricas e dos teóricos críticos, cujo discurso permanecia a um nível mais abstracto, produzirem uma análise fundada em dados empíricos (Anderson, 1989). A etnografia crítica tem como objectivo aliar a teoria crítica à investigação empírica com o propósito de favorecer as mudanças sociais e, assim, alterar as relações de poder existentes na sociedade. Esta abordagem metodológica possui, portanto, um carácter político e visa a emancipação (em inglês dizemos « *empowerment* ») dos e das participantes. Em suma, a etnografia crítica preocupa-se com questões que enfatizam a relação dialéctica existente entre as condicionantes estruturais que limitam os indivíduos, por um lado, e a capacidade destes se realizarem não obstante aquelas, por outro. Reconhece-se, portanto, o potencial de emancipação dos indivíduos (Gérin-Lajoie, 1998, p. 490).

Importa, no entanto, salientar que o objectivo político da etnografia crítica, ou seja, alcançar uma mudança social na sequência da consciencialização das participantes e dos participantes no estudo, representa ele próprio um ideal-tipo. Com efeito, há que considerar a etnografia crítica como repousando num *continuum*, onde as investigadoras e os investigadores críticos se situam em diferentes pontos desse mesmo *continuum*. Tal significa dizer que toda etnografia chamada « crítica » nem sempre realiza uma mudança social profunda. É por isso que falo de um tipo-ideal. Como explica Jim Thomas (1993), « os investigadores críticos situam-se num *continuum* que vai dos que só adoptam algumas das características da corrente aos que tentam incorporá-las na íntegra » (p. 31, tradução livre do inglês). O mesmo autor prossegue dizendo que « apesar das diferenças, estas diversas abordagens apresentam uma plataforma comum devido ao modo de escrever e de pensar que associa os elementos culturais próprios a grupos particulares, a organizações sociais, à estrutura social ou, ainda, à acção » (p. 32). Neste contexto não estamos efetivamente em presença de um discurso político único.

Por último, é importante recordar que a finalidade da etnografia crítica não é reformular o mundo à imagem que dele fazem os responsáveis da investigação, mas sim colocar em questão a realidade quotidiana através do discurso das e dos participantes (Gérin-Lajoie, 1998, p. 515).

4. Os pontos comuns aos diversos tipos de etnografia

Não obstante o termo « etnografia» possuir vários significados, encontram-se certas características comuns (Atkinson et Hammersley, 1994):

a) tenta-se compreender os fenómenos sociais a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos, e não estudar os fenómenos a partir de hipóteses previamente estabelecidas;

b) deixa-se «falar» os dados, ou seja, a análise não se faz a partir de códigos e de categorias conceptuais previamente estabelecidos, mas a partir dos dados recolhidos de forma a obter uma teoria fundada na análise chamada «emergente» ou indutiva dos dados;

c) interessa-se pela análise de um número restrito de casos, ou até mesmo, em certas circunstâncias, de um único caso;

d) a análise que se faz dos fenómenos sociais assenta na interpretação do sentido a dar às acções humanas e não na quantificação estatística dos dados recolhidos.

Pouco importa que uma etnografia seja tradicional ou crítica, as técnicas de recolha de dados utilizadas permanecem as mesmas, a saber: observação, entrevista e análise documental.

No que respeita aos dois estudos que estarão aqui em questão, tentei adoptar uma abordagem crítica na análise da relação com a identidade, a língua e a cultura dos jovens adolescentes que vivem num contexto social em que pertencem à minoria linguística da província canadiana onde residem, quer em Ontário, quer no Quebec.

Os estudos etnográficos que serviram de base à análise

Trata-se, aqui, da relação com a identidade dos jovens francófonos e anglófonos que frequentam as escolas secundárias situadas no meio minoritário no Canadá e, mais particularmente, do papel da escola no desenvolvimento desta relação com a identidade. A noção de identidade entendida como resultado de uma construção social (Breton, 1968, 1983; Juteau 1999; Cardinal, 1994; Gérin-Lajoie, 2001, 2003). Adoptando um ponto de vista crítico, os estudos etnográficos tentam mostrar a complexidade do que está em jogo no desenvolvimento da relação com a identidade dos alunos das comunidades de língua oficial – os francófonos fora do Quebec e os anglófonos do Quebec. Com efeito, estes alunos desenvolvem uma relação com a língua e com a cultura que os leva inevitavelmente a viver na fronteira entre duas línguas – até mesmo de três línguas no caso de minorias étnicas (Gérin-Lajoie, 2003; Grosjean, 1982; Lamarre et al., 2002). Eles podem sentir-se francófonos, anglófonos, bilingues, trilingues ... Neste contexto de diversidade, interroguei-me: como é que a escola consegue combinar estas múltiplas pertenças, estas novas formas de relação com a identidade em constante mudança quando, por seu turno, o discurso oficial continua a privilegiar uma cultura estática que nem sempre reflete a realidade dos alunos?

As observações na sala de aula e as várias entrevistas foram distribuídas ao longo de um período de três anos e por dois grupos de alunos provenientes de Ontário e do Quebeque respectivamente. Importa ainda referir que os dois estudos foram realizados em dois momentos distintos. Estes permitiram compreender melhor o modo como os jovens vivem, o modo como se posicionam na sua relação com a identidade, perceber a complexidade das diferentes posições e dar conta do papel da escola no desenvolvimento da sua relação com a identidade.

1. O contexto dos dois estudos

No Canadá, as comunidades da língua oficial, sejam francófonas fora do Quebeque ou anglófonas no Quebeque, têm um direito garantido à instrução na sua língua materna, direito que está consagrado na Carta Canadiana de Direitos e Liberdades para os francófonos fora do Quebeque, tal como na Carta da Língua Francesa no Quebeque para os anglófonos que residem nesta província. Para estas duas minorias linguísticas, a instituição escolar representa um veículo importante na transmissão da língua e da cultura minoritárias, bem como no desenvolvimento da relação com a identidade e de um certo sentimento de pertença a esta mesma minoria linguística.

O papel desempenhado pelas escolas é de primária importância para as minorias linguísticas da língua oficial no Canadá. Com efeito, além de servirem para transmitir conhecimentos e de socializar os alunos, como o fazem todas as escolas, estas desempenham um papel crucial na reprodução linguística e cultural dos alunos que as frequentam, ou seja, a escola contribui para manter a língua e cultura minoritárias (Gérin-Lajoie, 1997). Para os francófonos que vivem fora do Quebeque, este papel sempre se revelou particularmente crucial, mas cada vez mais difícil de realizar. Com efeito, a comunidade deixou de ser homogénea no plano linguístico e cultural, o que teve repercussões consideráveis na população das escolas. Podemos interrogar-nos acerca do tipo de relação que os jovens desenvolverão com a identidade num contexto social onde as fronteiras linguísticas e culturais se atravessam tão facilmente.

2. As minorias de língua oficial em Ontário e no Quebeque

a) Ontário

Perto de 500 000 francófonos vivem na província de Ontário, representando 5% da população total desta província. É aqui onde encontramos o maior número de francófonos fora do Quebeque. A educação na língua da minoria oficial é um direito adquirido à luz da Carta Canadiana de Direitos e Liberdades. Há 12 conselhos escolares de língua francesa em Ontário num total de 72. A população escolar é heterogénea no plano linguístico e cultural. Os francófonos que vivem fora do Quebeque são fortemente influenciados pela hegemonia do inglês nas

suas práticas linguísticas e culturais. Por exemplo, os alunos das escolas de língua francesa possuem diversas competências em francês. Alguns deles falam correntemente o francês, ao passo que outros revelam um domínio deficiente. Não raramente, as famílias têm um dos pais de língua francesa e outro de língua inglesa, tornando-se o inglês a língua utilizada na esfera familiar. Encontramos igualmente uma população imigrante nas escolas, o que complexifica ainda mais as práticas linguísticas e culturais (Gérin-Lajoie, 2002). Neste contexto particular, a escola de língua francesa confronta-se com um mandato mais abrangente do que o de transmitir saberes e de socializar os valores da sociedade. No seu discurso oficial, o Ministério da Educação de Ontário pede ainda à escola que contribua para a manutenção da língua e da cultura francesas. A escola é entendida como a instituição, por excelência, que deve assegurar a sobrevivência da comunidade francófona desta província.

b) O Quebeque

Esta província, maioritariamente francófona, tem, no entanto, perto de 600 000 anglófonos que representam cerca de 13 % da população total do Quebeque. Tal como no caso dos francófonos que vivem fora do Quebeque, os anglófonos desta província possuem o direito legal de receber a sua educação na língua minoritária oficial desta província, ou seja, o inglês. O Quebeque tem nove comissões escolares anglófonas e, à semelhança de Ontário, tem uma população escolar heterogénea no plano das línguas e das culturas. Todavia, contrariamente a Ontário, os alunos imigrantes não podem frequentar a escola da minoria anglófona, na medida em que têm de inscrever-se nas escolas francófonas. A nível regional, é importante fazer uma distinção entre as escolas de língua inglesa de Montreal e as do resto da província. Com efeito, Montreal possui uma grande concentração de anglófonos – o que não é o caso do resto da província –, onde pode ser praticamente impossível viver a não ser em inglês. Esta situação é, aliás, muito semelhante à que vivem os francófonos de Ontário. Acresce ainda que é difícil falar de uma comunidade anglófona enquanto tal, havendo antes a tendência para falar de «comunidades» no plural, dado que a realidade difere consoante os diversos contextos de vida.

3. Os objectivos e os fundamentos teóricos dos dois estudos

Os dois estudos têm como objectivo geral estudar os percursos identitários de um grupo de adolescentes que frequentam algumas escolas secundárias de língua francesa em Ontário e de língua inglesa no Quebeque, tomando como ponto de partida que a relação com a identidade destes jovens é feita em função de representações resultantes do seu trajecto de vida. Neste contexto, a relação com a identidade serve para se posicionarem no plano linguístico e cultural. Partindo do princípio de que a identidade se adquire, que é fruto de uma construção social e não inata (Barth, 1969; Breton, 1994; Juteau, 1999; Gérin-Lajoie, 2003), os estudos visam analisar o modo como a noção de identidade se articula nos adolescentes

através de dois objectivos precisos. O primeiro consiste em compreender como se sentem e se definem os adolescentes enquanto indivíduos pertencentes a uma minoria linguística, para, em seguida, analisar o percurso que os leva a certas escolhas identitárias – colocando particularmente a ênfase na noção de identidade bilingue, fenómeno relativamente novo, com o qual os jovens se identificam cada vez mais. O segundo objectivo visa desconstruir esta noção de identidade bilingue com a finalidade de (a) melhor compreender a significação junto dos adolescentes e (b) examinar se uma tal forma identitária pode existir em si, enquanto fenómeno estável, ou se se trata antes de um fenómeno transitório conduzindo, ultimamente, à assimilação ao grupo maioritário anglófono.

Gostaria, efectivamente, de tentar ir mais longe do que a maioria dos estudos sobre a identidade bilingue, onde este conceito se reduz a um constructo teórico empregue de forma monolítica (Castonguay, 1999, Bernard, 1998). Gostaria de ver se a noção de identidade bilingue pode fazer referência às diversas pertenças para aqueles que dela tiram partido. Finalmente, gostaria de examinar o modo como os adolescentes se conciliam com esta realidade, pois até agora pouco estudos analisaram a questão sob esta perspectiva (Heller, 1999; Boissonneault, 1996; Gérin-Lajoie, 2003).

Os dois estudos reconheceram, desde o início, o papel essencial da língua no processo de construção e de representação identitárias dos indivíduos (Heller, 1994). A língua está, com efeito, no centro de relações sociais, pois a maior parte destas relações estabelece-se através da comunicação. É na família, em primeiro lugar, que o indivíduo adquire um sentido de pertença ao grupo, que a identidade se forma, na medida em que a sua família constitui o primeiro agente de reprodução social, linguística e cultural (Juteau, 1999). Tomei em consideração este aspecto, analisando o contexto familiar em que vivem os adolescentes. Analisei igualmente o papel do grupo de amigos na construção de identidade dos jovens que participaram no nosso estudo. Mas foi sobretudo no contexto escolar que a noção de identidade foi analisada, dado o papel essencial que a escola desempenha na reprodução da língua e da cultura francesas.

Em resumo, os estudos visam compreender melhor o modo como se articula a relação com a identidade em dois grupos de adolescentes que vivem em meios sociais que representam uma minoria linguística, colocando a ênfase, em particular, na noção de identidade bilingue.

O quadro metodológico do estudo

A população em estudo

Em Ontário, a população em estudo era composta por uma amostra de alunos com 15 e 16 anos quando o projecto começou no fim dos anos 1990. Estes alunos encontravam-se no 10.º e 11.º anos em duas escolas secundárias da província. A

primeira destas escolas estava situada na região metropolitana de Toronto, ou seja, no centro de Ontário, onde os francófonos são uma fraca minoria – representam efectivamente 1,8% da população total de Ontário – e o nível de anglicização é elevado. A segunda escola situava-se a este de Ontário, onde os francófonos são mais numerosos, representando 14,7 % da população ontariense – e o fenómeno de anglicização é menos pronunciado do que no centro da província (Office des affaires francophones de l’Ontario, 2005).

No que respeita ao estudo etnográfico realizado no Quebeque, os alunos, no início, estavam inscritos no Secundário 3, ou seja, o equivalente ao 10.º ano em Ontário. Estes alunos tinham 14 e 15 anos e frequentavam duas escolas: uma situada em Montreal no meio francófono, mas com exames de entrada, recebendo assim uma população escolar proveniente de diferentes zonas de Montreal, na sua maioria italiana; a segunda escola, situada na parte sul de Montreal, recebe uma população escolar composta em grande parte por alunos de famílias exogâmicas, ou seja, cujo um dos pais é francófono e o outro anglófono.

As técnicas de investigação de tipo etnográfico utilizadas foram a entrevista semi-dirigida, a observação e a análise documental. Contudo, o estudo, no princípio, recorreu igualmente à análise quantitativa por intermédio de uma sondagem que permitiu, num primeiro momento, obter informações fatuais sobre as actividades dos adolescentes e sobre a língua em que estas actividades são realizadas. Foi a partir destes resultados que os alunos foram seleccionados: no total 20 alunos, ou seja, 10 por cada projecto, à razão de cinco por escola.

Esta selecção foi efectuada a partir dos seguintes critérios: (a) os participantes serem cinco por escola (b) um número igual de rapazes e raparigas (c), pelo menos um dos pais ou tutores ter o francês como língua materna em Ontário e o inglês como língua materna no Quebeque (d), o aluno não ser filho único e (e) haver uma representação proporcional de alunos que respondessem a uma questão de sondagem sobre o modo como eles se percebem a si próprios em termos de pertença ao grupo. Os alunos podiam definir-se do seguinte modo: francófono, bilingue, trilingue ou anglófono. Dos 20 jovens seleccionados, 16 completaram os estudos – oito em cada província.

A análise dos resultados permitiu, em primeiro lugar, traçar os retratos identitários dos adolescentes que seguimos ao longo de três anos. A análise qualitativa prestava-se bem a uma tal diligência uma vez que a identidade e os seus representantes junto dos jovens só podiam ser verdadeiramente examinados no quadro de uma análise que dá a palavra aos participantes na interpretação das suas próprias experiências de vida quotidianas. Refira-se que a recolha de dados se efectuou durante os três anos de estudo. Cinco estadias, de uma semana cada, foram efectuadas nas escolas seleccionadas, na razão de dois investigadores por escola, onde fizemos observações e entrevistas semi-dirigidas, assim como uma análise dos documentos pertinentes para a pesquisa.

a) As observações: os alunos seleccionados foram observados no seu meio

escolar a fim de analisar de perto o tipo de interações sociais em que participam e ver o modo como as interações influenciam as conversas dos alunos sobre a sua pertença linguística e cultural. O método de observação foi o do observador ou da observadora que participa (mais conhecido em inglês como «observer-as-participant»), quer dizer, que o papel de investigador era do conhecimento dos participantes e das participantes e foi nessa condição que se fez a participação nas actividades do meio (Atkinson & Hammerley, 1994). Foi realizado um total de 215 dias de observação – 110 em Ontário e 105 no Quebeque – durante os quais acompanhámos os alunos nas aulas, no bar, nos corredores e nos lugares onde decorriam as actividades extracurriculares.

b) As entrevistas semi-dirigidas: o estudo privilegiou este tipo de entrevista porque permitiu uma certa flexibilidade na altura da recolha de dados. Com efeito, apesar de haver uma grelha de entrevista preparada previamente, o investigador ou a investigadora não se limita exclusivamente a ela, sendo possível colocar questões suplementares que podem dar uma informação mais rica no momento de análise dos dados. O investigador ou a investigadora tem menos restrições do que no caso de uma entrevista dirigida, em que tem de se cingir às questões já formuladas (Patton, 1990). Foi realizado um total de 228 entrevistas ao longo do estudo – 115 em Ontário e 113 no Quebeque. Estas entrevistas focaram fatores, tais como a escola, os hábitos linguísticos, os seus amigos e amigas, a língua e a cultura, as associações francófonas, etc. Nestas entrevistas participaram os alunos selecionados (em seis momentos diferentes), os pais, as irmãs e irmãos, os amigos e as amigas, o pessoal docente e o pessoal da direcção das escolas frequentadas pelos jovens.

c) A análise documental: foram analisados os documentos que poderiam ser úteis no contexto do presente estudo. Esta análise baseou-se em grande parte na informação descrita nas escolas que os jovens participantes frequentam.

Em último lugar, os alunos dos dois estudos participaram respectivamente num fórum comum de discussões sobre a questão da identidade linguística e cultural. Foi assim dada oportunidade a esses jovens para reflectirem sobre a sua participação nos estudos e para discutirem o possível impacto desta participação no modo como eles concebem presentemente a sua relação com a língua e cultura minoritárias.

Discussão dos resultados

Até à data, a análise comparativa permite concluir que, nos dois meios, os alunos dizem possuir uma identidade bilingue e, muitas vezes, trilingue, em que a influência direta da língua da maioria varia conforme a província e até mesmo segundo a escola de uma mesma província; que o discurso oficial sobre o mandato da escola difere de uma província para outra; e, por último, que a escola francófona em Ontário é um agente de regulação linguística, o que não parece ser o caso no contexto da escola anglófona no Quebeque. Os resultados parecem demonstrar

relações de força desiguais por parte das duas minorias linguísticas face às respectivas maiorias. Examinemos, brevemente, os resultados.

1) Uma identidade bilingue, se não trilingue, onde a língua maioritária varia

Nas duas maiores províncias, os alunos que participaram nos estudos dizem possuir uma identidade bilingue e, em inúmeros casos, falam mesmo de uma identidade trilingue. Em Ontário é mais de metade dos alunos, ao passo que no Quebeque é quase metade. No caso dos alunos que frequentam as escolas anglófonas selecionadas no Quebeque, mais de metade diz ter uma identidade trilingue (na sua maioria italiana). Em Ontário encontramos igualmente alunos que reclamam uma identidade trilingue – sobretudo na região de Toronto (Gérin-Lajoie, 2003). Poderemos assim concluir que os resultados são semelhantes entre os dois grupos. Poderíamos ainda inferir, como já o fizeram certos estudos quantitativos, (Bernard, 1998; Castonguay, 1999), que estes jovens tendem para a assimilação ao grupo maioritário da província onde vivem.

Ora, os resultados dos estudos etnográficos mostram que a questão parece mais complexa do que o fazem supor os estudos quantitativos que dela tratam. Primeiro que tudo, uma identidade bilingue não quer dizer necessariamente ausência de um sentimento de pertença ao seu grupo linguístico. Vários testemunhos sublinham-no em outros lugares, nomeadamente em Ontário, onde a língua minoritária é mais frágil se compararmos a situação com a dos anglófonos em Montreal. Os alunos que acompanhamos em Ontário, quase sem exceção, dizem manter um sentimento de pertença à francofonia, embora a intensidade varie consoante os alunos interrogados. Para estes, mesmo com um sentimento de pertença à francofonia a toda a prova, é praticamente impossível viver unicamente em francês no seu meio. Os alunos da região de Montreal têm a vantagem de poder viver unicamente com o inglês, em virtude de uma infra-estrutura institucional mais desenvolvida do que a que encontramos em Ontário.

Donde resulta que, na região de Montreal, a ameaça de assimilação é menos presente apesar de a maioria dos jovens dizer ter uma identidade bilingue. Por exemplo, os jovens que frequentam a escola situada na ilha de Montreal manifestam uma relação sólida com o grupo anglófono que se traduz em práticas linguísticas que têm o inglês como língua dominante. O francês utiliza-se quando é necessário, pois pode-se falá-lo, mas não representa a língua corrente.

Na escola da margem sul, onde uma grande quantidade de alunos é de famílias em que o francês e o inglês coabitam, a situação é semelhante à dos jovens em Ontário. Com efeito, ouve-se bastante a língua maioritária, ou seja, o francês, dentro da escola, tanto entre os alunos, como entre o pessoal docente e o pessoal auxiliar, o que não parece ser um problema a julgar pelas nossas observações e pelos testemunhos recolhidos.

2) Um mandato oficial da escola que difere de uma província para outra

A análise documental efectuada nos dois estudos indicia diferenças maiores no discurso oficial sobre o papel da escola para as minorias linguísticas da língua oficial no Canadá. O que demonstra, uma vez mais, a presença de relações de força. Em Ontário, uma das funções oficiais da escola é contribuir para a manutenção da língua e da cultura francesas. Uma política de flexibilização linguística, adoptada em 2004, quer assegurar-se de que as escolas implementem mecanismos com vista a alcançar esse objectivo. No enunciado da política lê-se o seguinte:

1) Facilitar, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, o sucesso escolar de cada aluno... 2) Promover a construção da identidade e o orgulho de ser francófono ... 3) Desenvolver, por intermédio das comunidades estudantis, as capacidades do pessoal da escola, dos pais e dos alunos para manter o desenvolvimento linguístico e cultural da comunidade ... 4) Aumentar a capacidade das instituições educativas para desenvolver programas, recursos... para a criação de parcerias significativas entre a escola, a família e o meio comunitário e 5) Aumentar a vitalidade das instituições educativas ontarienses para uma liderança educacional, salientando as capacidades que incitem às mudanças estratégicas contribuindo... para o desenvolvimento estável da comunidade francófona. (Ministère de l'Éducation et de la Formation de l'Ontario, 2004, p. 3)

Não encontramos nada de semelhante no discurso oficial do Ministério de Educação do Quebec, no que respeita às escolas de língua inglesa nesta província maioritariamente francófona. Aliás, como o mencionou um administrador por ocasião de uma entrevista:

Nós temos uma função atribuída pelo Ministério da Educação, que é socializar, instruir – não proteger a cultura (tradução livre).

A diferença na função da escola para estas duas minorias linguísticas é interessante, na medida em que mostra relações de força desiguais entre as duas minorias e a maioria das respectivas províncias. No caso de Ontário, apostamos muito na escola para a manutenção da língua e da cultura minoritárias, dado que representa a única instituição capaz de o fazer e poucos serviços em francês são colocados à disposição dos francófonos. No Quebec, o discurso oficial não levanta absolutamente esta questão e cinge-se ao seu papel de prover o conhecimento e a socialização da população. Tal explica-se pelo facto de, historicamente, os anglófonos, vivendo na região de Montreal, terem criado um meio onde beneficiam de todos os serviços necessários para poderem viver de forma autónoma sem terem de falar francês. Os dois contextos são, portanto, diferentes.

3) A escola como agente de regulação linguística

Os dois estudos etnográficos permitiram constatar que a utilização da língua maioritária não é entendida da mesma forma pelos dois sistemas escolares. Em Ontário, os alunos não são autorizados a falar uma outra língua que não o francês na escola, sob pena de sanção em certos casos. Nesta província, a noção de «recompensa – punição» está muito presente na forma como se geram as práticas linguísticas na escola. Se se falar sempre francês, beneficia-se de certos privilégios. Se se falar inglês, é-se punido. Ouve-se frequentemente o pessoal docente e auxiliar chamar à atenção os alunos, quer nas salas de aula, quer nos corredores. O inglês que é fortemente usado pelos alunos, sobretudo no nível secundário, representa de algum modo o «inimigo» a vencer.

No Quebec, a abordagem é diferente. Na escola situada na margem sul, por exemplo, os jovens interagem tanto em francês quanto em inglês, mas raramente se ouve os funcionários da escola a chamá-los à atenção, como em Ontário. Este meio parece sentir-se menos ameaçado pela língua maioritária, tal como o explica um membro da administração.

Nós não queremos policiar os corredores. Somos da opinião de que quando os alunos fazem o seu intervalo têm o direito de falar a língua que quiserem. Não apenas o francês ou o inglês, mas também a sua língua materna, seja ela qual for (Tradução livre).

Não obstante a análise dos resultados ainda não estar concluída, podemos constatar duas diferentes realidades de vida para os jovens que participaram nos estudos. A etnografia permitiu, assim, revelar certas nuances que um estudo de tipo quantitativo não poderia suspeitar dada a sua natureza.

Conclusão

A abordagem etnográfica permitiu compreender melhor o meio social, linguístico e cultural em que se desenvolvem os jovens participantes. Em Ontário, parece que as práticas sociais e linguísticas são fortemente influenciadas pelo contexto anglófono dominante, apesar dessa influência variar entre os jovens. Estes optam facilmente pelo inglês e tudo o que a ele se associa. Nos jovens anglófonos que frequentam a escola situada na ilha de Montreal não se verifica a mesma tendência para a língua maioritária, ou seja, o francês. Com efeito, parece que os jovens falam maioritariamente em inglês, embora recorram ao francês em situações específicas, por exemplo, nos centros comerciais. No que toca os jovens da margem sul, uma língua em particular não parece dominar as práticas linguísticas observadas e o inglês não é considerado como sendo uma língua minoritária.

No quadro destes dois estudos, a abordagem etnográfica revelou ser a metodologia mais apropriada para a análise da relação com a identidade dos jovens

participantes. Graças a esta abordagem, pude examinar de perto as experiências de vida destes adolescentes. Pude aperceber-me da grande diversidade das suas práticas sociais e linguísticas. A utilização da abordagem etnográfica permitiu, neste sentido, apreender as múltiplas percepções – e até mesmo ambivalentes em certos casos – destes jovens que vivem uma realidade fortemente influenciada ou não pelo meio ambiente maioritário, o que um estudo quantitativo, por si só, dificilmente conseguiria.

Ter acompanhado estes jovens durante três anos proporcionou (i) a reflexão sobre a noção de identidade bilingue, permitindo esmiuçar o conceito de forma a captar toda a complexidade, o que, mais uma vez, os estudos a grande escala não podem fazer em virtude da própria natureza dos dados recolhidos; e (ii) a tomada de consciência de que, mesmo no contexto social onde dois grupos linguísticos são reconhecidos como minorias da língua oficial, as práticas sociais estão imbricadas nas relações de força que podem privilegiar um grupo em particular – como parece ser o caso dos anglófonos no Quebeque, que, fora das fronteiras do Quebeque, pertencem a uma maioria no domínio político e económico, o que os diferencia da minoria francófona que vive fora do Quebeque, onde estes últimos representam uma percentagem quase insignificante em termos de números quando comparados com os anglófonos.

Não tenho a presunção de que a abordagem etnográfica é a única metodologia válida em investigação. Como os estudos aqui apresentados o demonstram, uma metodologia que recorre em primeiro lugar à utilização de uma sondagem é, às vezes, desejável para fins de amostra, por exemplo. Contudo, há domínios onde a micro-análise se revela essencial quando se tenta compreender melhor um fenómeno social, como o da bilinguização e o da relação com a identidade.

Referências bibliográficas

- Anderson, G. L. (1989). Critical Ethnography in Education: Origins, Current Status, and New Directions. *The Review of Educational Research*, 59:3.
- Atkinson, P. et M. Hammersley (1994). Ethnography and Participant Observation. In N. K. Denzin & Y. Lincoln (Ed.) *Handbook of Qualitative Research*. California: Sage Publications Inc.
- Barth, F. (1969). *Ethnic Groups and Boundaries*. Boston: Little, Brown & Cie.
- Bernard, R. (1998). *Le Canada français : Entre mythe et utopie*. Ottawa : Éditions du Nordir.
- Boissonneault, J. (1996). Bilingue/francophone, Franco-Ontarien, Canadien français : choix des marques d'identification chez les étudiants francophones. *Revue du Nouvel-Ontario*. Numéro 20. p. 173-193.
- Breton, R. (1994). Modalités d'appartenance aux francophonies minoritaires. Essai de typologie. *Sociologie et sociétés*, 1 (XXVI), 59-69.
- Breton, R. (1983). The Production and Allocation of Symbolic Resources : An Analysis of the Linguistic and Ethnocultural Fields in Canada. *Revue canadienne de sociologie et d'anthropologie*, XXI, 123-144.
- Breton, R. (1968). Institutional Completeness of Ethnic Communities and the Personal Relations of Immigrants. In B.R. Blishen (Ed.) *Canadian Society: Sociological Perspectives*. Toronto : MacMillan du Canada.
- Cardinal, L. (1994). Ruptures et fragmentations de l'identité francophone en milieu minoritaire. Un bilan critique». *Sociologie et sociétés*, 1 (XXVI), 71-86.
- Castongyay, C. (1999). Évolution démographique des Franco-Ontariens entre 1971 et 1991, suivi d'un aperçu du recensement de 1996. In N. Labrie & G. Forlot Labrie (Ed.) *L'enjeu de la langue en Ontario*

- français. Sudbury : Les Édition Prise de Parole.
- Denzin, N.K. & Y. Lincoln (2002). Introduction. In N.K. Denzin & Y. Lincoln (Eds) *Handbook of Qualitative Research*. Californie: Sage Publications Inc.
- Gérin-Lajoie, D. (2006). L'utilisation de l'ethnographie dans l'analyse du rapport à l'identité, *Éducation et Sociétés*. 17 (1), 73-87.
- Gérin-Lajoie, D. (2003). *Parcours identitaires de jeunes francophones en milieu minoritaire*. Sudbury: Les Éditions Prise de parole.
- Gérin-Lajoie, D. (2002). L'approche ethnographique comme méthodologie de recherche dans l'examen du processus de construction identitaire. *The Canadian Modern Language Review/La Revue canadienne des langues vivantes*, 59 (1), 77-97.
- Gérin-Lajoie, D. (2001). Identité bilingue et jeunes en milieu francophone minoritaire : un phénomène complexe. *Francophonies d'Amérique*. 12, 61-71.
- Gérin-Lajoie, D. (1998). Le courant de l'ethnographie critique en éducation. In M. Hardy, Y. Bouchard & G. Fortier (Eds) *L'école et les changements sociaux* (pp. 489-519). Montréal: Les Éditions Logiques,.
- Gérin-Lajoie, D. (1997). Le rôle de l'école de langue française située en milieu minoritaire. *Thèmes canadiens/Canadian Themes*. XIX, 95-105.
- Glaser, B. G. & A. Strauss (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.
- Grosjean, F. (1982). *Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Heller, M. (1999). *Linguistic Minorities and Modernity: a Sociolinguistic Ethnography*. New York : Longman.
- Heller, M. (1994). La sociolinguistique et l'éducation franco-ontarienne. *Sociologie et sociétés*. 26 (1), 155-166.
- Juteau, D. (1999). *L'ethnicité et ses frontières*. Montréal : Les Presses de l'Université de Montréal.
- Lamarre, P., Paquette, J., Kahn, E. & Ambrosi, S. (2002). Multilingual Montreal: Listening in on the Language Practices of Young Montrealers, *Canadian Ethnic Studies*, XXXIV (3), 47-75.
- Ministère de l'Éducation et de la Formation de l'Ontario (2004). *Politique d'aménagement linguistique pour l'éducation en langue française*, Toronto : Imprimeur de la Reine.
- Office des affaires francophones de l'Ontario (2005). *Les francophones en Ontario : profil statistique*. Toronto : Gouvernement de l'Ontario.
- Thomas, J. (1993). *Doing Critical Ethnography*. California: Sage Pub. Co. (Qualitative Research Methods, Series 26).
- Van Maanen, J. (éd.) (1995). *Representation in Ethnography*. Californie: Sage Publications Inc.
- Woods, P. (1986). *Inside Schools: Ethnography in Educational Research*. Londres: Routledge & Kegan Paul.